



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Eixo temático: Serviço Social: fundamentos, formação e trabalho profissional

Sub-eixo: Formação profissional

ESTÁGIO CURRICULAR EM PROJETO DE EXTENSÃO: ESTRATÉGIA DE FORMAÇÃO PARA OS ESTUDANTES TRABALHADORES

JANAINA BILATE MARTINS¹

MARIANA SETÚBAL NASSAR DE CARVALHO²

DAYANE GOMES PUMAR DE PAULA³

PIETRO KATSIVALIS SALLES⁴

VANESSA BEZERRA DE SOUZA⁵

RESUMO

A presente comunicação visa relatar a experiência de estágio em projeto de extensão e seus rebatimentos para estudantes trabalhadoras/es. O projeto em tela ocorre dentro de uma instituição de saúde de média e alta complexidade, que atende crianças e adolescentes com condições crônicas de saúde e longa internação. O projeto tem em sua equipe uma composição multidisciplinar, que articula serviço social, psicologia e pedagogia.

Palavras-chave: Serviço Social; Formação Profissional; Estágio Supervisionado; Extensão Universitária.

ABSTRACT

This communication aims to report the internship experience in an extension project and its implications for student workers. The project in question takes place within a medium and high complexity health institution, which serves children and adolescents with chronic health conditions and long hospitalizations. The project has a multidisciplinary team in its team, which combines social work, psychology and pedagogy.

¹ Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

² O Instituto Nacional de Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente Fernandes Figueira

³ Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

⁴ Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

⁵ Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Key-words: Social Work; Professional Qualification; Supervised Internship; University Extension.

1. INTRODUÇÃO

A experiência que buscamos apresentar neste refere-se a supervisão de campo de estagiários em projetos de extensão⁶, o qual é realizado dentro de um hospital de média e alta complexidade, que atende crianças e adolescentes com condições crônicas de saúde. Cabe mencionar que compreendemos, e defendemos, que o estágio supervisionado em serviço social só se realiza a partir da articulação dos três sujeitos envolvidos no processo de formação: supervisoras de campo, supervisoras acadêmicas e estagiários.

Neste sentido, neste relato traremos também a perspectiva dos estagiários, entendendo que esta experiência não dissocia os mesmos. Pelo contrário, se entendemos que a necessidade de existir um estágio supervisionado em Serviço Social é justamente para que a universidade não se afaste dos mais variados campos de atuação, isso significa dizer que a perspectiva dos estagiários, que são aqueles que fazem a ponte entre universidade e os profissionais das mais diversas áreas, é essencial para a construção da profissão.

Entendida a importância do estágio supervisionado como unidade entre universidade e demais espaços profissionais, a proposta que ora relatamos é realizada dentro do Projeto Cuidadoria de Mães, em parceria com o Instituto Fernandes Figueira (IFF/FIOCRUZ). Enquanto estratégia de promoção de saúde, pensamos na Cuidadoria para as mães acompanhantes de crianças hospitalizadas de longa permanência, baseadas no fato que a hospitalização por si só já é uma experiência estressante devido a forma em que ela se dá, no qual exige adaptações às diferentes mudanças decorrentes desse processo. Deste modo, realizamos atividades semanais com estas mães no âmbito da promoção de direitos, debate sobre direitos da mulher, da criança e do adolescente, saúde mental, dentre outros temas que configuram a esfera dos direitos humanos.

Evidenciamos que o estágio é um momento central da formação profissional das e dos assistentes sociais. Em conformidade com a Resolução CFESS no. 533/2008, a qual regulamenta a supervisão direta de estágio em Serviço Social, a supervisão direta de estágio, no sentido da

⁶ Registramos que este trabalho não tem como foco a curricularização da extensão. Embora entendamos ser debate de suma importância, principalmente porque as determinações vieram impostas de cima pra baixo pelo Ministério da Educação (MEC), a nossa intencionalidade aqui é explicitar a mesma como espaço possível de realização de estágio supervisionado.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

realização do próprio estágio curricular obrigatório, o qual articula três sujeitos centrais no decorrer do processo (supervisor de campo, supervisor acadêmico e estagiário),

“(...) constitui momento ímpar no processo ensino-aprendizagem, pois se configura como elemento síntese na relação teoria-prática, na articulação entre pesquisa e intervenção profissional e que se consubstancia como exercício teórico-prático, mediante a inserção do aluno nos diferentes espaços ocupacionais das esferas públicas e privadas, com vistas à formação profissional, conhecimento da realidade institucional, problematização teórico-metodológica;” (CFESS, 2008: p.2)

Deste modo, buscamos neste trabalho trazer nossa experiência como supervisoras de campo, juntamente com nossos estagiários, realizada em um projeto de extensão universitária. O projeto é realizado dentro do Instituto Fernandes Figueira, hospital de referência em cuidados de crianças e adolescentes com doenças crônicas, pertencente à Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ). Neste sentido, nossa atuação se realiza na área temática da política de saúde, em um hospital vinculado ao Sistema Único de Saúde (SUS).

Este processo de ensino e aprendizagem só é possibilitado face ao fato de estarmos em uma instituição que defende e reafirma a concepção ampliada de saúde, posta na Constituição Federal de 1988, regulada pela Lei 8080/90 e, no que tange ao controle social democrático, pela Lei 8142/90. Igualmente, este processo de aprendizagem também é factível à luz das Diretrizes Curriculares para a graduação de Serviço Social (ABEPSS, 1996), que nos assinala a formação de um perfil profissional que articule as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, na direção de formar assistentes sociais capazes de intervir criticamente na realidade social, visando à viabilização de direitos.

Isto posto, neste texto, inicialmente trataremos o debate sobre estágio na extensão, contextualizando as possibilidades reais no que tange a formação e o trabalho profissional. Posteriormente, tendo as diretrizes da Reforma Sanitária e do Projeto Ético-Político do Serviço Social como norte, buscaremos apresentar a concepção de saúde pública e como o projeto se insere nessa perspectiva. Em seguida, sob a ótica dos estudantes, apontaremos os limites e possibilidades de realizar estágio em projeto de extensão.

2. PROJETOS DE EXTENSÃO COMO CAMPO DE ESTÁGIO: FORMAÇÃO E TRABALHO PROFISSIONAL

A extensão, como processo interdisciplinar e potencialmente transformador, pode contribuir para o fortalecimento dos saberes populares e a democratização das informações objetivando contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos sujeitos envolvidos, bem como aclarar sobre e como acessar direitos garantidos por lei.

O debate sobre o estágio em projetos da extensão data dos anos 1980, posto todo o movimento de Renovação do Serviço Social Brasileiro⁷. Sua particularidade se inscreve na articulação entre formação acadêmica e função social da universidade, em que a extensão é espaço significativo de trocas de saberes e produção de conhecimento.

Em 2018, o ministério da educação lança as Diretrizes para as Políticas de Extensão na Educação Superior Brasileira, que defende e reafirma a articulação entre ensino, pesquisa e extensão, mas que traz destaque à esfera da extensão universitária como espaço importante de articulação entre universidade e sociedade.

Ainda no que tange a extensão, é no contexto da Pandemia do COVID-19 que fica evidente a importância deste espaço de formação, na perspectiva de pensar espaços de fortalecimento coletivo dos sujeitos que defendem a direção social do Projeto Profissional, direcionados pelos valores expressos nos princípios do Código de Ética Profissional de 1993, pela Lei de Regulamentação da Profissão (8662/93) e por toda normatização da profissão pelo Conjunto CFESS CRESS, naquele contexto de distanciamento social. A utilização das tecnologias de informação e comunicação foram cruciais à época, e estratégicas para fomentar e ampliar o alcance da extensão universitária e consolidá-la como importante espaço de estágio supervisionado durante a situação de emergência sanitária.

No entanto, precisamos apontar que as experiências de estágio curricular supervisionado em projetos de extensão têm se constituído uma estratégia para suprir a falta de campos de estágio em instituições e equipamentos de política social, principalmente em universidades que não se vinculam à uma perspectiva de contrapartida material para os campos de estágio, como em alguns polos educacionais.

⁷ O Movimento de Renovação do Serviço Social brasileiro, conforme Netto, pode ser caracterizado por três vertentes diversas, que se iniciam em meados dos anos 1960, com influência da Reconceituação Latino-americana, passando pelos anos mais cruéis da ditadura civil-empresarial-militar até o que chamamos de Intenção de Ruptura. As três vertentes são, além da anteriormente citada, a Modernização Conservadora e a Reatualização do Conservadorismo. Para melhor elucidação ver NETTO, J.P. Ditadura e Serviço Social no Brasil: uma análise do Serviço Social no Brasil Pós-64. 17a. Edição. São Paulo: Cortez Editora, 2017.

Todavia, isto não significa que estamos defendendo a extensão como espaço de *laissez faire*, onde tudo pode, com características de improviso. Ressaltamos que, como destacam as próprias Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) para o Curso de Serviço Social, o Estágio Supervisionado é um espaço que proporciona ao/a acadêmico/a o contato com o exercício profissional, como também o/a capacita para a intervenção profissional. Este espaço é central para a formação profissional.

Na organização do Estágio Supervisionado, destacamos que a documentação tem significativa importância nesse processo de ensino e aprendizagem, com protagonismo do plano de estágio. É neste documento que estarão apresentados os objetivos, público-alvo, instrumentos de trabalho e atuação do estagiário à luz dos artigos 4o. e 5o. da Lei de Regulamentação da Profissão (8662/93) e do Código de Ética Profissional de 1993. Neste sentido, juntamente com o plano de estágio, o acompanhamento das atividades de campo, relatórios, diários de campo são essenciais para uma formação de qualidade, além da articulação entre três sujeitos envolvidos no processo, supervisoras de acadêmicas e de campo, e estagiários.

Outro elemento que chamamos a atenção é que no planejamento do Estágio Curricular Supervisionado enquanto disciplina da graduação, faz-se mister que haja uma política institucional de estágio alinhada com as orientações da Política Nacional de Estágio (ABEPSS). Isto nos permite organizar o programa/cronograma da disciplina em consonância com as Diretrizes Curriculares da ABEPSS, documento central para a formação do perfil profissional almejado.

De modo igual, pensar, planejar e gerir este lugar do estágio supervisionado dissociado do movimento do Conjunto CFESS/CRESS pode trazer equívocos, tanto no sentido de mistificar a profissão como a que mudará o reordenamento jurídico-econômico e ético-político da sociabilidade burguesa, ou de constituir uma separação formal entre teoria e exercício, o que é impensável na perspectiva da formação que vimos construindo ao longo do tempo, a despeito do desmonte e desfinanciamento das políticas sociais.

A articulação às atividades do conjunto permite que os elementos abordados no componente curricular, em termos de conteúdo, sejam retroalimentados com as discussões, situações reais e pesquisas mais atuais acerca do tema, fortalecendo a formação em Serviço Social à luz das Diretrizes Curriculares da ABEPSS, e situando os discentes no que tange às funções precípuas do Conjunto CFESS/CRESS, com destaque para a Orientação e Fiscalização profissional, bem como às Bandeiras de lutas, documento norteador de posicionamentos da



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

categoria não apenas internamente, mas vinculadas e voltadas à defesa de uma sociedade anticapacitista, antirracista, feminista, antilgbtfóbica, antietarista.

Evidenciamos aqui alguns elementos que entendemos como objetivos geral e específico do processo de supervisão, dentre os quais: Introduzir a/o discente, em processo de inserção no campo de estágio, na dinâmica do estágio supervisionado, favorecendo a vivência e a articulação entre as dimensões teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política do Serviço Social nas diferentes e múltiplas áreas de atuação profissional. Isto posto, elencamos como objetivos do estágio:

- Estimular a/o discente para o conhecimento e a articulação entre a realidade social, o espaço sócio-ocupacional, os usuários e o exercício profissional do Assistente Social, considerando a relação entre supervisor acadêmico, supervisor de campo e estagiária/o.
- Aprofundar as reflexões sobre a intervenção profissional face às políticas sociais e à trajetória no Campo de Estágio;
- Compreender as requisições institucionais e demandas que se apresentam ao Serviço Social na contemporaneidade e sua relação com a legislação específica da profissão;
- Refletir sobre o Serviço Social no contexto da contrarreforma do Estado;
- Aprofundar a discussão sobre as atribuições e competências profissionais nos campos de estágio;

Por certo, o debate sobre estágio em projetos de extensão está longe de ser esgotado. Buscamos neste item apresentar alguns elementos sobre a supervisão, os quais serão retomados pela ótica dos estudantes no item 4 deste relato. A seguir, apresentaremos o projeto extensão na direção da perspectiva sanitária e dos valores do projeto profissional do Serviço Social.

3. CUIDADORIA DE MÃES - ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO NA PERSPECTIVA DA CONCEPÇÃO AMPLIADA DE SAÚDE E DO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL

A concepção ampliada de saúde, a qual expressa não somente o cuidado assistencial, mas sobretudo elementos que se referem aos determinantes sociais do processo saúde-doença, é fruto do Movimento de Reforma Sanitária brasileiro, inspirado no movimento italiano. Saúde como melhores condições de vida, de trabalho, de lazer, perpassam pela defesa da democracia

enquanto direito humano. Direito este que não se expressa somente de forma restrita, relacionada às liberdades políticas.

As bandeiras da Reforma Sanitária não somente dizem respeito à assistência à saúde, mas trazem em seu bojo valores emancipatórios. Valores estes que expressam a defesa da democracia. Quando trazemos a referência ao termo democracia, estamos nos referindo também à dimensão econômica, no âmbito da produção material. Essa democracia é disputada e, em sua objetividade sócio-histórica, expressa também a luta de classes. Essa luta por direitos é uma luta não apenas econômica, mas sim interseccional, articulando gênero, raça, classe, idade, condição física, orientação sexual, e tantas outras determinações que na sociabilidade burguesa enfrentam lutas mais duras por não terem seus direitos violados.

Deste modo, defender e buscar objetivar a concepção ampliada de saúde com viés sanitaria requer defender uma outra sociabilidade. É buscar no cotidiano da formação e do trabalho profissional contribuir para a construção contra hegemônica, no que tange às relações estado sociedade. Trazer à baila a discussão sobre os determinantes sociais do processo saúde-doença de forma interseccional, também se alinha à direção social do projeto ético-político profissional do serviço social, o qual configura-se como uma construção em movimento, articulando a produção teórica do Serviço Social, normas, leis e resoluções do conjunto CFESS/CRESS, articulação entre as principais entidades da categoria (CFESS/CRESS, ABEPSS e ENESSO) e sua organização política, teorias sociais críticas, legislação de apoio na defesa do acesso a direitos, seu sujeitos em movimento.

O ser social tem como objetivação primária o trabalho, categoria da Economia Política, fundante do ser social, visto que, em sua relação com a natureza, por meio de instrumentos que medeiam esta relação, a transformam, criando valor. No entanto, a práxis – compreendida como o conjunto de objetivações que ocorrem fundamentalmente no trabalho e em outras esferas, tais como religião, artes, filosofia, política, entre outros – não se restringe àquela objetivação primária: é mais ampla, abrangendo as diferentes manifestações do ser social.

Neste contexto, destaca-se o Projeto "Cuidadoria de Mães", uma iniciativa que envolve a colaboração interdisciplinar dos projetos de extensão "Cultura, Mídia e Direitos Humanos" e "Luz, Câmera, Ação: a presença das relações de gênero e racismo no cinema", além do Núcleo de Apoio a Projetos Educacionais e Culturais (Napec), vinculado ao Instituto Nacional de Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente Fernandes Figueira (IFF/Fiocruz).

O Cuidadoria é um projeto idealizado inicialmente pela equipe de Psicologia do Instituto Fernandes Figueira, e que no início de 2023 foram agregados os projetos de extensão mencionados acima. A ideia é proporcionar um espaço de cuidado, acompanhando quatro eixos: autocuidado, cuidado criativo, cuidado lazer e cultura e direitos humanos como cuidado. Nossa atuação enquanto assistentes sociais e docentes referem-se a este último eixo de cuidados.

O Eixo consiste em disponibilizar atividades para até 70% das acompanhantes das crianças em internação de longa permanência a fim de suscitar reflexões visando democratizar reflexões a respeito dos direitos humanos, das relações desiguais de gênero e do racismo, com o objetivo de contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Consideramos a utilização da arte, através da linguagem cinematográfica, uma estratégia extremamente eficaz no sentido de despertar reflexões a respeito do cotidiano dos indivíduos, mulheres e homens, o que os torna potenciais agentes de transformação de suas próprias relações sociais e da sociedade.

O Cuidadoria de Mães busca, além de legitimar os direitos da usuária, garantindo o acompanhamento como parte dos planos de cuidado, estimular a autonomia e emancipação das mesmas. Neste sentido, tendo em vista as competências profissionais das assistentes sociais, no que tange às possibilidades de assessoria à organização de usuárias de determinada instituição, objetivamos traçar estratégias de articulação política entre as mães acompanhantes, visando seu autocuidado e melhor conhecimento sobre seus direitos.

Cuidar, no contexto do Estado de direito e da democracia, significa assegurar a autonomia, buscar reverter as discriminações potencializando a criticidade e a consciência interseccional, estimular a emancipação e autonomia dos sujeitos, bem como incluí-los em serviços e direitos, como propõe a Política Nacional de Humanização - HumanizaSUS (BRASIL, 2003).

Entende-se que o acolhimento e a criação de vínculos podem possibilitar melhores condições de reflexão das usuárias nos espaços de debates, evidenciando o protagonismo dessas mulheres, mães e acompanhantes de crianças e adolescentes com condições crônicas complexas.

Considerando o público-alvo das atividades aqui propostas - mães que cuidam de seus filhos hospitalizados - faz-se necessário compreender o gênero como uma categoria que designa o conjunto de fenômenos que expressam um padrão específico de relações existentes entre mulheres e homens, mulheres e mulheres e homens e homens, como nos aponta Veloso:

[...] tais relações, que em nossa sociedade, são, em sua maioria, marcadas pelas desigualdades, expressam a existência de uma forma determinada de relação entre os diversos sujeitos sociais. Tal padrão de relacionamento é histórico, ou seja, é construído pela própria sociedade, seguindo o seu movimento, pelo conjunto de forças sociais que organizam e dão uma direção a esta mesma sociedade. Deste modo, o gênero não é 'natural', não é fixo, imutável ou intransponível, ao contrário, varia de acordo com as necessidades particulares de cada sociedade e de cada contexto histórico. (VELOSO, 2003, p.6).

A compreensão das relações de gênero enquanto um fenômeno histórico e social, e não natural, é fundamental para que possamos acreditar na possibilidade de sua transformação, inclusive através da luta pela elaboração e implementação de políticas públicas com enfoque de gênero.

A partir de uma perspectiva interseccional das relações de gênero e classe, não podemos deixar de apresentar o racismo como elemento histórico, estrutural e estruturante das relações sociais. É necessário considerarmos a formação social, histórica e política do nosso país para compreendermos como esse modo de organização racista prevalece até os dias atuais. O racismo é uma crença na existência das raças hierarquizadas pela relação intrínseca entre o físico e o moral, o físico e o intelecto, o físico e o cultural. Para o racista, determinada raça não é somente um grupo definido pelos seus traços físicos, o racismo é a direção que considera que as características intelectuais e morais de um grupo estão ligadas às suas características físicas e biológicas.

Dizer que uma vida cheia de sentido encontra na esfera do trabalho seu primeiro momento de realização é totalmente diferente de dizer que uma vida cheia de sentido se resume exclusivamente ao trabalho, o que seria um completo absurdo. Na busca de uma vida cheia de sentido, a arte, a poesia, a pintura, a literatura, a música, o momento de criação, o tempo de liberdade, têm um significado muito especial. Se o trabalho se torna autodeterminado, autônomo e livre, e por isso dotado de sentido será também (e decisivamente) por meio da arte, da poesia, da pintura, da literatura, da música, do uso autônomo do tempo livre e da liberdade que o ser social poderá se humanizar e se emancipar em seu sentido mais profundo (Antunes, 1999, p.143).

Isto posto, a proposta do Cuidadoria de Mães no que tange ao eixo Direitos Humanos como Cuidado, constitui-se um campo fértil para a realização do estágio supervisionado. Além de contribuir para a formação do discente em nível de aprendizado sobre o exercício profissional do assistente social, na direção da viabilização de direitos, busca igualmente viabilizar direitos das



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

mães que acabam mudando o foco de suas vidas para o cuidado com as crianças e adolescentes internados de longa duração, deixando de lado suas particularidades.

Em relação ao público atendido, a saudade de casa, o afastamento dos outros filhos, a fragmentação das relações sociais, a saída do mercado de trabalho e por vezes, o rompimento com o pai da criança, são fatores que geram extremo abalo em relação à saúde mental das mães, podendo gerar o sentimento de isolamento, solidão e como consequência sintomas emocionais, como ansiedade e depressão. Deste modo, nossa ação pretende intervir no cotidiano dessas mães, e possibilitar a reorganização de suas vidas.

A desumanização e a coisificação das relações, em especial aquela que recai sobre as mães de crianças com condições crônicas e complexas é permeada por incertezas e por uma dinâmica de vida fortemente excludente da ideia de comunidade, do sentido de produtividade e de uma miríade de categorias da vida pessoal.

É nesse cenário de alta complexidade, onde essas mães padecem na exaustão e solidão, sobrecarregadas por acompanhar seus filhos durante longos períodos de internação hospitalar no IFF, que são impostos os desafios que atravessam suas atividades laborais, lazer e interações familiares. O resgate do protagonismo de si próprias, tem por objetivo além da emancipação dos sujeitos, a efetiva democratização da saúde, que se dá numa dimensão ontológica do cuidado, com a promoção do autocuidado e o acesso à cultura, a realização de oficinas de capacitação profissional, bem como a prestação de orientação e apoio a essas mulheres.

A relação indissociável entre gênero e cuidado demonstra a emergência de uma metodologia de intervenção para a saúde que reconheça as expressões da questão social presentes e predominantes no processo de trabalho da assistência, e de forma consecutiva, esteja centrada pontualmente no acolhimento e na produção do cuidado que gere autonomia e integralidade dos sujeitos. Através de suas ações, o projeto almeja contribuir para o estabelecimento de um dispositivo multidisciplinar que aprimore a qualidade de vida dessas mulheres, potencializando-as e estimulando sua autonomia para enfrentar os desafios que surgem durante o acompanhamento hospitalar prolongado. Adicionalmente, o projeto proporciona acesso a atividades culturais, educação e informações relevantes, fomentando, assim, o fortalecimento desse coletivo de mulheres.

Com a emergência de novas práticas voltadas para a intervenção nas condições de reprodução e vida dessas mães, de forma simultânea e imbricada à busca da construção de espaços e ambientes que beneficiem estratégias de conhecimento e instrumentalidade

profissional de graduandos do serviço social, reafirma-se o suporte ao campo de estágio supracitado, promovido em projeto de extensão, no âmbito do cuidado terciário nas dependências do IFF.

4. PROJETO DE EXTENSÃO COMO CAMPO DE ESTÁGIO - TEMÁTICA NECESSÁRIA AO DEBATE

Dessa forma, o instrumento metodológico que compreende e desenvolve sua estruturação é permeado cotidianamente pelos eixos teóricos norteadores, pautados pelo Código de Ética, inteiramente supervisionados por docentes que dialeticamente constroem seus pilares de maneira coletiva, socializando saberes e pactuando de forma inalienável o compromisso pela articulação de estratégias de desenvolvimento de autonomia para toda a classe trabalhadora envolvida, compreendida aqui seja por usuárias ou discentes em campo.

Essa afirmativa soma-se a apropriação teórica e extravasa para além da formação acadêmica puramente restrita. A construção de roteiros, as reuniões de supervisão, as discussões sobre viabilidade da instrumentalidade, todos são processos que demandam a integralidade da atenção, da pesquisa e formulação de planos na tomada de decisões, o que no bojo da atuação dos estagiários torna-se um suporte valioso, vivenciando o compromisso ético político no que tange toda sua experiência.

A importância do papel do campo de estágio inserido em um projeto de extensão mais do que transpõe dificuldades geridas pelo próprio sistema, mas cria formas de oferecer uma perspectiva riquíssima do processo de formação e capacitação de profissionais da categoria. A incorporação de toda a dimensão dos processos de trabalho formula uma nova estrutura de profissionais, redefinindo o modelo de atenção que se faz necessário em tempos de neoliberalismo e verticalização de padrões. Modelos de gestão puramente tecnicistas e/ou burocráticos não consideram o olhar, a subjetividade e a dinâmica da vida dos sujeitos e é sobre esse eixo que se incide esse campo.

Se temos em Marx (2013) que o trabalho é o que transforma os seres, fica evidente entender as adversidades e problematizar as incoerências da adaptação às novas ferramentas, o que supõe reconhecer que em dado momento, a exemplo da pandemia da COVID 19, essa tenha se tornado uma alternativa possível à execução do trabalho, em condições preexistentes. É portanto uma ferramenta que avança na direção da atividade humana pois pauta-se no



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

acolhimento, na escuta e no irromper da alteridade que se circunscreve no padrão mais atual de modo de produção, tirando o estudante da esteira do modelo protocolado e hierarquizado e permitindo que novos profissionais, mais saudáveis e preparados engajem na construção da assistência e da saúde equânime e universalizada.

O trabalho não é obra de um indivíduo, mas da cooperação entre os homens: só se objetiva socialmente, de modo determinado; responde a necessidades sócio-históricas, produz formas de interação humana como a linguagem, as representações e os costumes que compõem a cultura (Barroco, 2010, p.26)

Nesse aspecto há outros elementos centrais que não são assumidos na superfície da análise. Em primeiro lugar, há de se compreender que o Serviço Social é um curso que se pretende estar do lado dos trabalhadores e compreender a totalidade do contexto que os mesmos estão inseridos.

Como para Iamamoto, 1992, "preparar cientificamente quadros profissionais capazes de responder às exigências de um projeto profissional coletivamente construído e historicamente situado". Tal compreensão deve começar na sua base, em sua formação.

Quando afirmamos que projetos de extensão não são válidos e estamos em uma posição de trabalhador formado em Serviço Social, concursado e com títulos de mestrado e doutorado no currículo, estamos em um ambiente seguro e sem questionamentos. Quando defendemos a mesma posição diante de uma massa de alunos trabalhadores, uma chuva de questionamentos é feita, junto com uma raiva justificada: Esses questionadores que possuem cargas de trabalho pesadas, muitos fazendo até mesmo dupla jornada e possuindo dificuldade de assistir às aulas, pois após a longa jornada de trabalho, precisam pegar o trem, metrô ou ônibus e se deslocar até a universidade, estão lutando para ter sua formação.

Mas, quando a vida humana se resume exclusivamente ao trabalho – como muitas vezes ocorre no mundo capitalista e em sua sociedade do trabalho abstrato –, ela se converte em um mundo penoso, alienante, aprisionado e unilateralizado. (ANTUNES, 2018. P. 31)

Não se pode limitar a vida desses trabalhadores às condições materiais que a burguesia os proporcionou. É preciso abrir oportunidades para os alunos que acordam às 4h da manhã e só chegam em casa às 23h após a aula.

Não se trata, aqui, de defender uma precarização do ensino por conta de uma carga horária pesada do dia a dia do aluno trabalhador. A validade da extensão como estágio já foi



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

explicada anteriormente. Defendemos sim que o aluno deve assistir todas as aulas e deve realizar o estágio como todos os demais.

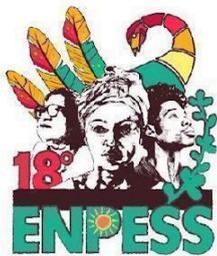
No entanto, que compreensão da realidade material o Serviço Social oferece se não permite que esses alunos trabalhadores tenham a chance de realizar a sua formação? Qual o perfil da categoria que queremos ter? Temos de um lado a classe média alta, que entrou na universidade com dezoito, dezenove ou vinte anos, teve oportunidade de pagar cursos pré vestibulares, realizar toda a sua graduação sem precisar trabalhar e, do outro, o aluno precarizado, morador de comunidade, que trabalha desde a adolescência, ou mesmo, desde criança, e tenta a oportunidade de finalmente possuir uma formação.

Muitas vezes sendo o primeiro de sua família a realizar essa conquista. Entendemos que, quando colocamos limitações na formação do segundo caso, com a obrigatoriedade de um estágio que, na grande maioria das vezes, é em horário comercial, a mensagem que estamos passando para nossos alunos é que nosso curso é um curso para as classes médias, não para os trabalhadores. Que nosso curso em nada se diferencia de todos os outros e que o Serviço Social não defende uma universidade popular.

Podemos usar Marx, Engels, José Paulo Netto, Marilda Iamamoto, podemos entender de ponta a ponta a categoria “trabalho”, as expressões da “questão social”, mas se o Serviço Social não mostra na prática o seu apoio aos seus alunos trabalhadores, estamos diante, sem eufemismos, de uma hipocrisia elitista dentro da categoria.

Em segundo lugar, o Serviço Social compreende que a construção do conhecimento não é feita dentro de uma sala com ar condicionado. Pode ser reproduzido ali, mas não construído. A construção de saberes é feita no cotidiano, na prática. É através do trabalho que construímos nossas relações sociais.

Portanto, entender a vida dos trabalhadores é ter, também, trabalhadores com variadas experiências em seu corpo profissional. Assistentes sociais que já trabalharam como pedreiros, telemarketing, empregadas domésticas, faxineiros, dentre uma série de outras categorias precarizadas, estão sendo uma adição enorme na construção dos saberes do Serviço Social. Não se trata aqui de desmerecer alunos que nunca tiveram outra experiência profissional, mas é justamente defender a diversidade dentro do Serviço Social que garante que tenhamos a melhor compreensão da totalidade possível. Portanto, sem defender nenhum tipo de precarização, o Serviço Social precisa adotar estratégias que facilitem a realização do estágio dos alunos trabalhadores.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Em terceiro lugar, há um crescimento enorme do Ensino à Distância e das universidades privadas formando cada vez mais assistentes sociais, muitas vezes de forma conservadora. Tais formações são, sim, precarizadas, simplificadas. Enquanto as universidades públicas não adotam estratégias para acolher os alunos trabalhadores (isso considerando aqueles que conseguiram passar pelo vestibular), são as universidades privadas, precarizadas, que cada vez mais ganham espaço dentro da categoria. Junto a elas, o conservadorismo dentro da profissão. Nesse sentido, com uma massificação do conservadorismo no Serviço Social, entendemos que o menor dos nossos problemas são estratégias que alteram os horários padrões de estágio.

Portanto, defender o estágio em extensão é defender o projeto ético político. É defender a construção de uma formação baseada na totalidade da realidade material, dos sujeitos que constroem o Brasil e mesmo a América Latina. É afirmar uma posição contra o conservadorismo, de um lado, e contra o elitismo acadêmico de outro.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste relato buscamos trazer a perspectiva dos sujeitos envolvidos em um processo de ensino a aprendizagem em nível de graduação, com destaque para o estágio supervisionado em Serviço Social.

Ressaltamos que a realização de estágio supervisionado em projeto de extensão deve cumprir todas as determinações jurídico-ético-políticas e normativas do conjunto CFESS/CRESS, dando destaque ao registro ativo no regional de sua jurisdição, bem como as diretrizes da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS). Evidenciamos também a importância da construção da documentação para a realização do estágio, com destaque para o Plano de Estágio, documento em que deve constar, com destaque, as atribuições e competências profissionais naquele espaço de extensão, e quais atividades os estagiários realizarão coadunando-se com as mesmas.

Percebemos, ao longo do processo de supervisão, tendo em vista as reflexões apresentadas, a necessidade de discentes monitores, que já tenham passado por este componente curricular, nesta etapa do processo de formação. Esta presença é bastante significativa, posto que durante a disciplina e em sua conclusão, as/os discentes devem ser capazes de analisar a respeito do trabalho profissional e suas possibilidades diante do contexto institucional; desenvolver habilidades no uso do instrumental técnico-operativo e o domínio na sistematização da prática do Serviço Social; elaborar projeto de intervenção e formular estratégias



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

de ação para a intervenção profissional, bem como reafirmar a dimensão ética no exercício profissional da/do assistente social.

Defender a extensão como espaço de estágio é pensar numa formação que estimule também o ensino e a pesquisa. O próprio espaço da extensão deve ser organizado a partir de reflexões e considerações suscitadas pelas pesquisas, pois é um *locus* de construção do conhecimento, reafirmando a função social da universidade.

Deste modo, consideramos ser a extensão universitária também uma possibilidade de as e os discentes trabalhadoras e trabalhadores poderem acessar a realização do estágio supervisionado, tendo em vista que muitos deles não conseguem liberação de seus vínculos para concluírem a graduação. Neste sentido, desenvolver projetos de extensão na perspectiva de reafirmar o projeto ético-político profissional e sua direção teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, materializadas por toda a produção da área, legislações particulares da categoria e legislações que abarquem direitos sociais, bem como a atuação de suas entidades, pode ser uma estratégia bastante relevante no que tange à formação profissional.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ABEPSS. **Diretrizes Curriculares para o Curso de Serviço Social**. 1996/1999/2002.

_____. **Política Nacional de Estágio**. 2010.

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho. Ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999

BARROCO, M. L. S. e TERRA, S. H. **Código de Ética do/a Assistente Social Comentado**. CFESS, São Paulo: Cortez, 2012.

BARROCO, M. L. S. **Ética e Serviço Social - Fundamentos Ontológicos**. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. **Ética: Fundamentos sócio-históricos. Biblioteca Básica de Serviço Social**. Volume 04. São Paulo: Cortez, Ed. 2008.

_____. **Fundamentos éticos do Serviço Social**. In: **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CEFESS, ABEPSS, 2010.

BRASIL. **Constituição de 1988**. Brasília, DF.

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social** – PNAS/2004 Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2010.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

CFESS. **Código de Ética Profissional do/a Assistente Social. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão.** – 10ª ed. rev. atual. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2012.

IAMAMOTO, M. V. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social.** Ensaio Críticos. São Paulo, Cortez, 1992.

MARX, Karl. **O Capital – Livro I – crítica da economia política: O processo de produção do capital.** São Paulo: Boitempo, (1867) 2013. Capítulo XXIV (seções 1,2 e 3).